

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)	
Ato de instituição da CPI: Portaria CMC 139/2021	
Assunto: Denúncia de irregularidades administrativas na Associação Hospitalar Bom Jesus	
Data e hora da reunião: 02/09/2021 – 9 horas	Local: Plenário da Câmara Municipal de Congonhas
Pauta: Oitiva dos primeiros interventores e da gerente administrativa do HBJ	
Convocados: Antônio Tiago de Rezende; Helbert Soares Dias Leite; Ormesinda Maria Barbosa; Patrícia de Paula Ferreira Evangelista	
Observação: documento anexo - pedido de exoneração do senhor Antônio Tiago de Rezende (lido na íntegra)	

No dia dois de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e quinze minutos, deu-se início à segunda oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria CMC 139/2021 com a finalidade de apurar a denúncia de supostas irregularidades na administração do Hospital Bom Jesus. Estiveram presentes os seguintes parlamentares: Lucas Santos Vicente (Presidente), José Bernardes de Souza (vice-Presidente), Igor Jonas Souza Costa (relator), Averaldo Pereira da Silva, Eduardo Cordeiro Matosinhos e Eduardo Ladislau Marques. Foram convocados para essa oitiva o senhor Antônio Tiago de Rezende, o senhor Helbert Soares Dias Leite, a senhora Ormesinda Maria Barbosa – todos os três foram os primeiros interventores – e a senhora Patrícia de Paula Ferreira Evangelista (servidora do HBJ). Dando início à reunião, o Presidente ressaltou, como de praxe, que o objetivo dessa CPI não é o de condenar ninguém, mas apenas de investigar a existência das irregularidades administrativas na gestão do Hospital Bom Jesus. Em seguida, o Presidente convidou os convocados a comporem a mesa e lhes concedeu a palavra para suas considerações iniciais. Todos os três fizeram o juramento de dizer a verdade e apenas a verdade. O senhor Helbert colocou-se à disposição para responder todas as perguntas. A senhora Ormesinda também se colocou à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. O mesmo foi feito pela senhora Patrícia. O senhor Antônio Tiago ressaltou sua disposição em responder às perguntas esperando poder ajudar a esclarecer o que “aconteceu e o que acontece” na administração do HBJ. Disse que dos Vereadores presentes apenas o Vereador Eduardo Matosinhos acompanhou aquele momento do primeiro período da intervenção, no ano de dois mil e quatorze; que aquele formato de intervenção foi muito bem articulado e que atendeu ao seu objetivo; que ainda, em partes, está vigente e que a forma como foi pensada a estratégia de saída da comissão interventora é que, talvez, esteja sofrendo com alguma “interferência externa” ou não tenha sido “feliz” na forma como foi colocado no acordo judicial, que passou a ser chamado de intergestão, e que isso acabou criando “um monstro jurídico”, acarretando uma dificuldade administrativa, porque, segundo ele: “o que vinha na intervenção seria muito difícil acabar em comum acordo. Talvez poderia haver uma transição administrativa de uma gestão que estava sob a intervenção para uma devolução à parte privada ou a revogação do decreto de intervenção”; que houve uma confusão, pois no próprio decreto que declarou a intervenção inicial, no Artigo 12, dizia que durante a intervenção não teria a eleição para a associação; que, se não tem eleição, deveria ter feito uma transição de um governo para o outro para dar a efetiva condição para administrar ou apurar o que acontecia no hospital; que a intergestão dificultou isso; que dizia isso enquanto cidadão, mas que, enquanto interventor inicial, esperaria as questões dos Vereadores, pois teria um trabalho para apresentar sobre o que foi feito na sua gestão; que seu período na intervenção foi curto; que “estariam correndo contra o prazo do decreto, que foi de seis meses”; ressaltou a dificuldade de apurar a situação econômica e de gestão de uma instituição do porte do hospital nesse prazo; que tem um relatório do que foi “levantado”, da execução do decreto e da entrega do trabalho. O Presidente, Vereador Lucas, repassou a palavra ao relator para que pudessem ser feitas perguntas à senhora Patrícia Ferreira, indicada na primeira oitiva pelo denunciante, o senhor João Vicente, como a pessoa capaz de prestar esclarecimentos sobre os desvios de finalidade no hospital. O relator, o Vereador Igor, ressaltou, mais uma vez, que o intuito da CPI não é condenar ninguém, mas apurar os fatos. Dirigiu-se à senhora Patrícia para questioná-la sobre quais desvios de finalidade poderiam ser citados, já que, conforme sugerido pelo denunciante, a senhora Patrícia é quem poderia indicá-los. A senhora Patrícia respondeu dizendo que não pode dizer que houve desvios de finalidade, mas que poderia dizer que esses recursos foram gastos “fora do estabelecido no plano de trabalho” e que, inclusive, há uma documentação juntada à denúncia comprovando isso e que trouxe uma gravação na qual o Vereador Lucas teria feito uma pergunta ao senhor Gláucio, controlador e interventor, obtendo uma resposta que, segundo a senhora Patrícia, torna claro o que ela tem afirmado. O que ela apresenta é um relatório indicando que recursos destinados à obra foram gastos com a folha de pagamento e impostos. Afirmou, ainda, que há uma diferença entre desvios de finalidade e desvios de objeto e que a comissão

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

(parlamentar de inquérito) é que iria apurar qual tipo de desvio aconteceu de fato e se houve ilegalidades e irregularidades nesse processo. O Vereador Eduardo Matosinhos perguntou qual seria o período em que a senhora Patrícia esteve na administração do HBJ. O Presidente pediu ao Vereador Eduardo que não interrompesse o relator. O relator perguntou à senhora Patrícia se ela estaria sendo contratada pela Associação Hospitalar, ao que ela respondeu positivamente. O relator perguntou sobre o período. A senhora Patrícia informou que foi contratada no dia vinte e cinco de maio. O relator, Vereador Igor, perguntou à senhora Patrícia se ela já havia percebido ou encontrado alguma ilegalidade cometida pela atual administração do hospital. A senhora Patrícia respondeu que no início participava, como gerente do administrativo, de todas as reuniões com os senhores Gláucio e João Vicente e com a senhora Keila, e que apuravam todas as irregularidades e tentavam corrigi-las; que a maior delas seria esse desvio dos recursos de convênio; que, assim que identificaram isso, o senhor João Vicente proibiu que os recursos fossem utilizados da forma como vinham sendo empregados, fazendo, inclusive, um memorando proibindo, expressamente, que os recursos fossem gastos fora dos termos estabelecidos nos planos de trabalho. Contudo, a senhora Patrícia informou que, após terem encaminhado a denúncia para a Câmara, seu acesso (às decisões) teria ficado restrito; que não participa nem é convidada mais para as reuniões, pois são feitas a portas fechadas, deixando-a “isolada”. Ainda afirmou que, no início, todos os documentos eram dirigidos ao senhor João Vicente, na condição de diretor provedor, mas, a partir de um determinado momento, já não foi mais solicitado, pois a comissão intergestora passou a assinar os documentos, deixando-o “de fora disso”. O relator perguntou, então, se as planilhas (planos de trabalhos) enviados à Câmara para aprovação do repasse dos recursos estariam sendo descumpridos. A senhora Patrícia informou que os planos de trabalho de alguns convênios estariam sendo descumpridos com toda a certeza e que anexou essas planilhas à denúncia. Ao ser franqueada a palavra aos outros membros da comissão, o Vereador Eduardo Matosinhos afirmou que teria acompanhado o processo de decisão sobre a intervenção com grandes expectativas e que teria ficado feliz ao saber os nomes indicados para assumirem a comissão interventora, por serem pessoas ilibadas, de boa reputação. Posteriormente, perguntou aos primeiros interventores se eles teriam ficado os seis meses à frente da comissão de intervenção. O Presidente ressaltou que os questionamentos deveriam ser direcionados à senhora Patrícia. O Vereador Eduardo Matosinhos disse que faria em conjunto, pois a senhora Patrícia seria contratada de agora, e que voltaria ao período anterior (na época do decreto de intervenção, no ano de dois mil e quatorze) para se ter um parâmetro. Então, questionou aos primeiros interventores: “se teve um início, teve um fim. Esse fim surgiu de uma reunião de vocês, foi por algo íntimo, motivado por alguém, ou por desamor? [...] Faltou alguma ferramenta de trabalho?”; que, talvez, teria surgido o sentimento de estarem “entrando numa fria”, de se ter uma proposta e não ser colocada em prática. A senhora Ormesinda respondeu dizendo que foi convidada pelo Prefeito Zelinho para compor a comissão intergestora por sua competência técnica enquanto gestora do SUS, como secretária de saúde em cinco municípios, e que atualmente está exercendo a função de secretária executiva do SAMU. Complementou informando que esteve na comissão intergestora por um mês, enquanto gozava de férias, e que depois teria continuado como apoio técnico; que teria sido motivada pela proposta do Prefeito à época, uma proposta de mudança do perfil assistencial do hospital, atendendo aos princípios do SUS pelo fato de serem alocados recursos públicos; que o Prefeito teria dito que “não queria caça às bruxas”, mas um hospital novo que atenderia ao SUS. Ainda afirmou que acredita que o resultado da intervenção foi muito positivo; que, enquanto servidora do SAMU, da rede de urgência – e o Hospital Bom Jesus é uma porta de entrada de urgência, o HBJ cumpre seu papel enquanto um hospital de porte 3, sendo referência para a rede. O Vereador Eduardo Matosinhos perguntou sobre as desmotivações que teriam levado os interventores a saírem da comissão interventora. A senhora Ormesinda respondeu que a princípio seriam seis meses de intervenção, depois foi prorrogado, e que enquanto esteve à frente da comissão, enquanto serviu como apoio técnico, teve total apoio do Poder Público. O senhor Antônio informou que assumiu a comissão para “levantar” a realidade do hospital em termos de administração, sem “caça às bruxas”, e para aferir o que deveria ser feito; que trabalhou com quatro funcionários da instituição que conheciam o hospital; que foi um trabalho muito profícuo diante do hospital; que a própria gestão anterior, afastada no processo de intervenção, teria ajudado muito no entendimento do que “acontecia” no hospital, inclusive com a participação da irmã da gestora, que trabalhava no setor financeiro; que, com a “reconsideração do desembargador”, após um mês com a intervenção interrompida e sob gestão da associação, no dia vinte e seis de maio, os interventores voltaram a gerir o hospital; assim, os membros da Associação que geriram o hospital nesse período teriam continuado o que os interventores estavam fazendo e os interventores deram continuidade aos trabalhos desses gestores da Associação e, por isso, nada parou. Ainda complementou: “isso que é interessante,

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

essa parceria, uma administração público-privada”, já que na gestão do hospital, apesar de ter “entrado uma parte pública”, ainda permanecia uma “parte privada”; que não se pode querer que tudo no hospital seja público, porque os funcionários não são públicos, nem todos os contratos são públicos, e, por isso, a gestão se ateve a executar o que era verba aprovada na Câmara com a pauta de trabalho, dentro do que a lei permite; que com a volta dos interventores no dia vinte e seis de maio de dois mil e quatorze, deu-se continuidade ao que vinha sendo feito; que contrataram uma auditoria, realizada pelo senhor Robson, a fim de “se dar um norte” sobre a situação do hospital, vindo a se confirmar o diagnóstico que os interventores haviam feito. Sobre a pergunta do Vereador Eduardo Matosinhos sobre o motivo de terem ficado pouco tempo, o senhor Antônio Tiago disse que leria seu pedido de exoneração; que o protocolou em vez de entregar diretamente ao Prefeito Zelinho e comunicou o senhor Helbert, também interventor; que o senhor Helbert havia dito que continuaria. Então, o senhor Antônio Tiago fez a leitura na íntegra do seu pedido de exoneração, que segue anexo a esta ata. O senhor Antônio Tiago continuou ressaltando que esse pedido de exoneração se deu pelo fato de que ele “não perderia tempo em algo que não tem solução”; que havia conversado com o Prefeito dizendo que a solução para o hospital seria a municipalização, pois sairia da Câmara o orçamento de acordo com a despesa que fosse lá realizada, e não o processo de intervenção – tanto que não teve como sair dessa situação de intervenção; ainda destacou os problemas na parceria entre o setor público e o privado com a atual realidade da comissão intergestora, com a prorrogação do processo de interferência do setor público; que acredita haver condições de procurar as responsabilidades, seja dos primeiros interventores, seja de quem veio depois ou dos interventores atuais, pois “pode haver coisa errada”, mas alarmou para os efeitos administrativos, pois a assistência do hospital continua e não pode ser prejudicada; sugeriu aos departamentos jurídicos das entidades envolvidas, incluindo a Câmara, a realização de um estudo para se criar um caminho, apurando as condições de subsistência do hospital; que sua previsão para custeio do hospital estava certa; que estimaria um gasto de vinte e cinco milhões de reais ao longo desses anos e que teria ciência de um repasse de recursos públicos recente de doze milhões de reais; ressaltou sua preocupação com os “passivos ocultos” na justiça, informando que havia cento e treze documentos protestados, mais umas trinta ações na Justiça do Trabalho, mais umas vinte na Justiça comum, conforme um relatório produzido por um escritório de advocacia (pela doutora Kátia) juntamente com a gestora anterior; que o escritório de advocacia havia pedido renúncia do contrato, pois “não queria trabalhar com a intervenção” e, por isso, foi contratado um advogado da cidade “por um valor irrisório”, da ordem de três a cinco mil reais, para se fazer o acompanhamento “de todos os processos”; continuou ressaltando que todos interventores tinham funções diferentes, ficando o senhor Helbert com a gestão de contratos, a senhora Ormesinda com a área de assistência e SUS e o senhor Antônio Tiago com a administração, incluindo RH e questões judiciais; que os funcionários apresentavam-lhe todas as dificuldades; citou um pedido de ajuda do departamento de recursos humanos para conseguir dar férias a um funcionário que não as gozava há quatro ou cinco anos; concluiu que irá apresentar uma documentação referente a uma auditoria realizada na época, confirmando a situação em que se encontrava o hospital; que sua saída não se deu por questões políticas ou pessoais, mas por ter identificado a insolvência da instituição e não via condições de o Município fazer o aporte de recursos necessários, pois já havia um orçamento previsto e, conforme informado pelo secretário Odaque, não havia disponibilidade desses recursos, pois as verbas seriam “carimbadas”; que os recursos vieram esparsamente para cobrir despesas específicas. O senhor Antônio Tiago informou, por exemplo, que fornecedores de gêneros alimentícios já não estavam entregando os produtos; que para se entender melhor, a instituição (HBJ) funciona como hospital, como restaurante, como lavanderia, e com uma estrutura de cerca de cento e oitenta funcionários, com dezesseis tendo direito às férias sem conseguirem gozá-las por não haver quem os substituir; que foi uma “aflição” que serviu para um aprendizado; que essa é uma realidade que tem que ser tratada “de frente”; que é preciso conversar com os administradores, com a intergestão, para que se encontre um caminho, principalmente um “caminho jurídico e um caminho social”, pois se ficar na “caça às bruxas”, não se chegará a nenhum lugar. O Vereador Eduardo Matosinhos perguntou ao senhor Antônio Tiago se as decisões foram tomadas de forma colegiada entre a equipe do hospital e a equipe escolhida pelo Prefeito Zelinho, sem qualquer atrito. O senhor Antônio Tiago afirmou sim, que eram decisões conjuntas. O Vereador Eduardo Matosinhos esclareceu que, portanto, em relação à situação atual há uma grande diferença, pois a gestão que se iniciou de forma colegiada terminou, atualmente, com um distanciamento entre a comissão interventora ligada à Prefeitura e aquela ligada à Associação Hospitalar: “o que iniciou coletivamente, hoje se faz individualmente”, disse o Vereador. Prosseguiu perguntando ao senhor Helbert se, após a saída do senhor Antônio, ele teria continuado por mais algum período. O senhor Helbert esclareceu que

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

após o decreto da intervenção, ficaram um mês afastados após uma liminar judicial retornar o controle para a própria associação; que o senhor Antônio teria saído em julho e que foi surpreendido com a decisão, pois foi informado praticamente no ato; que se o senhor Antônio tivesse falado antes, eles entrariam em um acordo para saírem juntos a fim de abrirem mão para a administração instituir uma nova comissão; que permaneceu no mês de agosto e saiu no início de setembro; que o objetivo de sua saída se deu pelo fato de que o objetivo inicial era estabelecer um diagnóstico da Associação Hospitalar e que isso havia sido feito logo de imediato; que um relatório muito bem feito foi entregue à Câmara na época; que havia dito certa ocasião na Câmara que não era coligado politicamente ao Prefeito Zelinho e, por isso, diante de sua escolha como interventor, ele estaria em uma situação relativamente independente, seguindo as diretrizes do decreto no desempenho de suas funções. O senhor Helbert continuou ressaltando a situação crítica que se encontrava o hospital; disse que quando se fala em desvio de verbas, diz-se daquelas que são destinadas para determinados fins, mas que são utilizadas para outras finalidades, que não é uma situação na qual o “sujeito pega o dinheiro, põe no bolso e vai embora”; que desvio de verba é quando um determinado recurso é destinado para a construção de uma escola “x” e é construída a escola “y”, por exemplo; disse, ainda, que negociou com a própria Prefeitura que os recursos que seriam repassados para o hospital seriam para atingir determinadas coisas que no objetivo inicial não existiam, por exemplo: o hospital estava em uma situação tão caótica que a White Martins, fornecedora de oxigênio, estava ameaçando negar o fornecimento do produto ao hospital; que, por isso, negociou com a Prefeitura para que fosse colocada no termo a autorização para que esses recursos fossem utilizados para pagamento de oxigênio, e uma renegociação que teve para pagamento, junto à White Martins, de dívidas passadas, mas que não sabe como foi feito depois na continuidade; afirmou que saiu em setembro, pois aquele objetivo inicial de se fazer um diagnóstico da situação do hospital já havia sido cumprido, além do fato de que uma empresa especializada em administração hospitalar havia sido contratada a pedido do senhor Antônio; que essa empresa receberia, por mês, cerca de quarenta a cinquenta mil reais e os interventores recebiam o salário equivalente ao de secretário municipal à época (cerca de dez a onze mil reais) e, com isso, representariam o custo de setenta ou oitenta mil somados ao gasto com a empresa; diante dessa situação, teria aberto mão de seu salário para diminuir as despesas do hospital e, assim, resolveu sair; que teria ficado mais alguns dias, pois o hospital estava “acéfalo” para a liberação de pagamentos, já que não teria quem assinasse no banco as despesas decorrentes daquele período até que outra pessoa fosse nomeada; de forma adicional, mencionou que outras pequenas coisas também contribuíram para sua saída, como pequenos atritos e divergências de opinião. O senhor Helbert prosseguiu informando que teria feito uma crítica ao Prefeito Zelinho na época: “entrar era fácil. Bastaria um decreto, como foi feito. Mas a saída do hospital... eu admiro se hoje tiver alguém capaz de assumir a responsabilidade do hospital sem que a Prefeitura aporte recursos lá dentro”. Disse ainda que, como quaisquer associações hospitalares com fins beneficentes, o déficit do hospital é muito grande; que as Santas Casas do Brasil todo não sobrevivem com recursos do SUS; que na sua opinião o hospital (HBJ) já é público, pois ele sobrevive e é administrado com recurso público; que a maior parte das receitas do hospital na época (convênios com Unimed, etc) ia para os médicos, e que o hospital ficava com a menor parte, não dando para pagar nem a parte de hotelaria do hospital; por isso, ressaltou que o déficit será contínuo e diz não saber como (a Prefeitura vai) sair de lá; finalizou dizendo que em relação a desvios de recursos não saberia de nada, que no período que estavam à frente (do hospital), de abril a setembro (com interrupção no mês de maio), não haveria nenhum desvio. O Presidente Lucas pediu aos Vereadores que fossem usar a palavra, que indicassem a quem direcionariam os questionamentos. O Vereador Averaldo perguntou à senhora Patrícia a respeito dos desvios de finalidade, se seriam anteriores ao ano de dois mil e vinte e um. A senhora Patrícia informou que, de acordo com a planilha que consta na denúncia do senhor João Vicente, os desvios seriam desde o ano de dois mil e vinte, e que teria mais duas planilhas para complementar essa informação. O Vereador Averaldo pediu que a senhora Patrícia apontasse alguns desvios. A senhora Patrícia informou que, de acordo com as folhas constantes na denúncia, tem-se: 1) “transferência pendente...transferência de convênio para pagamento de vale refeição” em setembro de dois mil e vinte; 2) “transferência pendente...transferência de valor excedido... compra de ventilador pulmonar”; 3) “transferência de valor de estorno de convênio usado para pagamento de salários, rescisões e fornecedores”; 4) “transferências para pagamentos de salário e medicamental... valor a ser devolvido”; 5) “transferência para pagamento da ‘Atmosfera’ e de CEMIG”. O Vereador Averaldo perguntou se, então, seriam esses os desvios que a senhora Patrícia poderia apontar. Ela informou que esses são alguns dos valores gastos diferentemente daqueles aprovados pelo plano de trabalho. O Vereador Averaldo complementou dizendo que o convite para a senhora Patrícia comparecer à CPI é porque o denunciante havia deixado muito

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

claro que ela poderia responder sobre os desvios. A senhora Patrícia informou que, segundo os relatórios que trouxe, numa “posição do dia trinta e um de maio”, há a informação de que nos estornos de pagamento de convênio seriam de quatro milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos. O Vereador Averaldo perguntou para a senhora Patrícia se ela teria condições de responder qual seria a dívida do hospital quando assumiu a administração. A senhora Patrícia informou, que a posição do dia trinta e um de maio era a negociação com a COPASA no valor de um milhão e quarenta e quatro mil reais, os estornos de quatro milhões, setecentos e cinquenta e sete mil reais (e restantes mencionados cima) e quinhentos e três mil, trezentos e treze reais e trinta e seis centavos de pagamentos em atraso. O Vereador José Bernardes afirmou que se percebe, pela experiência dos convocados, que o hospital não conseguiria sobreviver sem dinheiro público, sem o dinheiro do Município. Sendo assim, perguntou o que seria mais viável: a intervenção, a Associação assumindo a gestão ou a municipalização? O senhor Helbert respondeu dizendo que é uma resposta difícil até porque estiveram lá e saíram há sete anos e, por isso, não sabe a situação do hospital hoje. Contudo, na sua opinião, a Administração Pública, em todos os setores do país, é péssima gerente; que o Estado, a União, o Município, não deveriam ter hospital, que deveriam ser convênios; que seria mais barato e a assistência seria melhor, porque muitas vezes os cargos públicos são utilizados politicamente, haja vista a crise que está ocorrendo com a Covid e os desvios de recursos. Segundo ele, apesar de estar em uma Casa política, tem a opinião de que a briga política que envolve... que a Administração Pública é péssima gerente de determinados organismos; que deveriam ser instituições privadas com relações de convênios; que ficaram a responsabilidade da administração para o setor público-privado. O senhor Helbert disse ainda que o Hospital não irá sobreviver se a Prefeitura sair, e que deveriam fazer um convênio com o Hospital, para que a própria Associação administrar, com um controle muito grande dentro do organismo, delimitando as finalidades na aplicação daqueles recursos, envolvendo a parte pública, a própria Associação Hospitalar e, talvez, o Ministério Público, mas nunca a Câmara Municipal, uma vez que a Câmara tem uma finalidade principal de fiscalização. O senhor Helbert disse ser impossível um órgão fiscalizador participar também da execução, que, inclusive, quando estava saindo do Hospital, fez um comentário direcionado ao ex-Prefeito Zelinho dizendo que o Governo havia nomeado o próprio Controlador do Município como Interventor do Hospital, e que não haveria como o Controlador controlar os gastos que ele mesmo iria autorizar. O senhor Helbert disse que a mesma situação poderia ocorrer com o Secretário de Saúde e, por isso, poderia ocorrer possíveis desvios de finalidade, desvios de verba, gerando um risco quando se usa o Controlador como também autorizador de despesas. A senhora Ormesinda disse, a título de conhecimento dos Vereadores, que existem na macrorregião centro-sul cinquenta e um municípios, com trinta e dois hospitais, e, dentre eles, apenas dois são municipais, e com isso, a grande preocupação é de não comportar na folha do Município os profissionais da Instituição Hospitalar Bom Jesus; que isso é quase que cem por cento provável. A senhora Ormesinda disse que todos, cem por cento dos hospitais filantrópicos, recebem hoje aporte financeiro do Município através da contratualização, que é um instrumento legal no SUS, para traçar todas as metas do contrato através de indicadores assistenciais. A senhora Ormesinda exemplificou os indicadores assistenciais dizendo que: se caso existisse um percentual de cirurgias eletivas para o SUS, elas constariam no contrato, sendo monitoradas, fiscalizadas e avaliadas por uma comissão paritária, com membros do Poder Público, da instituição e do Estado. A senhora Ormesinda disse que os recursos, se acompanhados dessa forma, poderiam ser aprimorados de acordo com as necessidades do momento. A senhora Ormezinha exemplificou dizendo que, se com o problema do COVID o Hospital precisasse realizar trinta por cento das “X” cirurgias eletivas por mês, não haveria necessidade de manter na contratualização, uma vez que estariam suspensas. A senhora Ormesinda disse que, dessa forma, o repasse financeiro ficaria condicionado ao cumprimento das metas, e que isso acontece nos programas estaduais. A senhora Ormesinda disse que, na época, o Hospital Bom Jesus recebia dois programas do Estado, quais sejam: Pro-Hosp e Programa da Rede da Urgência. A senhora Ormesinda disse que o que gerou tamanha preocupação, foram os indicadores de um diagnóstico que fizeram da intervenção, que inclusive foram encaminhados ao Ministério Público, à Câmara Municipal e ao Conselho Municipal de Saúde, onde fizeram plenárias apresentando os relatórios; que, com esse diagnóstico, tiveram várias preocupações; que falar do financeiro é importantíssimo, mas por várias vezes, a assistência não era passada somente pelo financeiro, pois eram aplicados recursos para os plantões, todavia as escalas médicas estavam sendo descumpridas; que eles viam que com aquele paciente que chegava na recepção não era feito o que havia sido preconizado pelo SUS, conforme o protocolo de Manchester de classificação de risco, e que tal classificação não era obedecida. Ela disse ainda que esses ajustes, essas correções precisavam ser feitas. A senhora Ormesinda complementou dizendo que, na sua opinião, municipalizar

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

seria algo improvável. O Vereador José Bernardes questionou a senhora Ormesinda sobre a portaria do Governo Federal que permitia desvios de função e finalidade na pandemia. A senhora Ormesinda disse que os recursos da portaria ministerial foram claros, e nela determinava que fossem encaminhados recursos para as instituições hospitalares para serem gastos com a pandemia e, que inclusive, o Hospital Bom Jesus foi contemplado. A senhora Ormesinda exemplificou os gastos em EPI's e materiais médico-hospitalares, e que certamente foram aplicados nessa finalidade, uma vez que os hospitais se viram extremamente apertados; que os EPI's ficaram com o preço absurdo; que foram gastos com as folhas de pagamento, os medicamentos e com a UTI e leito de suporte ventilatório, que foram de extrema importância. O Vereador José Bernardes questionou a senhora Ormesinda sobre os servidores do Hospital Bom Jesus: se ainda precisa contratar, se está faltando e se no Hospital é "cabide de emprego". A senhora Ormesinda disse que não saberia responder sobre a atual situação, mas que na época encontraram vários servidores com mais de quatro anos de férias vencidas; que eles não poderiam tirar férias por não terem quem os substituísse; que o RT da Enfermagem não era exclusivo; que na época deram exclusividade para que o RT fosse exclusivo por ser de extrema importância no Hospital; que, quanto às escalas de plantões, tiveram um trabalho imenso para cobri-las dentro das várias especialidades "da porta". O Vereador José Bernardes perguntou à senhora Patrícia se ela poderia responder a pergunta anteriormente feita à senhora Ormesinda. A senhora Patrícia disse que quem poderia responder certamente seria o setor do RH, uma vez que ela não tem acesso ao número de funcionários, o quanto que esse número cresceu, e que não teria condições de dar uma informação precisa. O Vereador José Bernardes perguntou como é feito o pagamento dos médicos, se eles ganham por consulta ou por salário. A senhora Patrícia disse que o pagamento é feito de duas formas: o plantão horizontal e o plantão normal e que, atualmente existe o plantão do COVID. O Vereador José Bernardes mencionou o termo tão usado na cidade de que o Hospital é uma "caixa preta", onde ninguém sabe nada, ninguém informa nada e posteriormente perguntou se as testemunhas teriam alguma coisa a acrescentar sobre esse assunto. A senhora Ormesinda disse que no diagnóstico feito no ano de dois mil e quatorze, quando chegaram, não deram importância a essas questões, uma vez que não era esse o objetivo. A senhora Ormesinda disse que observaram uma desorganização muito grande em termos documentais, onde enfrentaram muitas dificuldades. Assim, a senhora Ormesinda disse não se sentir à vontade em responder sobre o assunto "caixa preta". O Vereador Lucas pediu licença os Vereadores membros da CPI para fazer alguns questionamentos a senhora Ormesinda e ao senhor Herbert. O Vereador Lucas perguntou a eles quais foram as realidades que eles se depararam, ao serem convidados pelo ex-Prefeito Zelinho para fazerem parte da Associação, no que diz respeito às contas, sobre a administração, sobre os problemas identificados que levaram à decisão de fazer o atendimento ao SUS e de tornar o hospital mais acessível à população de Congonhas. A senhora Ormesinda disse que, em termos assistenciais, a medida de intervenção imediata foi o cumprimento das escalas médicas nas diversas especialidades, bem como o atendimento ao SUS, que não era satisfatório, haja vista que, por ser um hospital filantrópico, ele teria que atender no mínimo de sessenta por cento do atendimento SUS; mas que para a portaria do Ministério era desejável oitenta por cento, o que era quase impossível atingir. A senhora Ormesinda disse houve uma avaliação entre o período de março do ano de dois mil e treze a março do ano de dois mil e quatorze, por meio da qual avaliaram esse percentual de atendimento e perceberam que estava em torno de vinte e cinco por cento no SUS, na urgência e emergência, e que esse descumprimento era preocupante. A senhora Ormesinda disse que o Hospital tinha uma taxa de ocupação hospitalar muito baixa e o recurso do Pro-Hosp era o que eles chamavam de "incentivo" que vinha do Governo do Estado, uma vez que não cobria todas as despesas. A senhora Ormesinda disse que esse "incentivo" chegava para financiar o custeio dos profissionais, e eles se depararam com o hospital perdendo na ordem de mais de cinquenta mil reais, num quadrimestre avaliado. Segundo a senhora Ormesinda, o hospital, por ter uma demanda financeira tão grande, de setembro a dezembro do ano de dois mil e treze, perdeu cerca de cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e seis reais, por cumprir cerca de trinta e um por cento das metas que estavam pactuadas para que ele cumprisse junto ao Estado. A senhora Ormesinda disse que, quanto ao recurso da rede de urgência, o hospital, por ser nível três, tem um incentivo financeiro de cem mil reais. Disse ainda que, na época, havia também esse incentivo financeiro, com uma parte fixa e uma variável condicionada também ao cumprimento de metas. A senhora Ormesinda disse que, com a avaliação feita, o Hospital teve perdas financeiras e recebeu apenas setenta mil reais e, com essas perdas, percebiam que os indicadores refletiam no atendimento do paciente, que era o foco maior. A senhora Ormesinda disse que fizeram diagnósticos por setores, da lavanderia à recepção, à farmácia, a todos os setores do Hospital. Em cada setor eles pagavam as fragilidades e elencavam um rol de prioridades e percebiam que a recepção era muito deficitária, uma

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

vez que precisavam que fosse implantado o protocolo de risco do paciente quando ele chegasse, haja vista os pacientes eram atendidos na época por ordem de chegada, não havendo qualquer classificação. Além disso, a senhora Ormesinda disse que a regulação do contrato com o Hemominas era um problema muito sério que eles enfrentavam; com o banco de sangue, por exemplo, onde eles adquiriram os materiais, os equipamentos necessários para ativação, pois na época era em São João Del Rei. Segundo a senhora Ormesinda, a preocupação era que Congonhas, com o Hospital Bom Jesus, garantisse assistência ao munícipe, bem como à região, por ser um hospital regional que tinha por obrigatoriedade receber as referências dele que era de Desterro de Entre Rios, de São Brás do Suaçuí e de Jeceaba. A senhora Ormesinda disse que, na sua percepção atual, o hospital mudou totalmente seu perfil assistencial, haja vista que tinham muitas negativas de atendimento do SAMU, e hoje praticamente inexistem. A senhora Ormesinda pontuou que, hoje, os dez leitos de UTI fazem toda a diferença na macrorregião, apesar de precisarmos, no mínimo, de trinta leitos a mais; mas que hoje é perceptível que o Hospital assistencialmente vem cumprindo o seu papel. O senhor Helbert disse que foi “a gota d’água” o caso de recusa de atendimento de uma parturiente no Hospital e que se recorda de uma reunião em que um médico falava que ele se recusava atender o SAMU, pois ele entendia que o Hospital arrecadaria mais com os atendimentos de consultas particulares. Porém, segundo o senhor Helbert, quem mais lucrava eram os médicos, que além do valor recebido, eles, inclusive, usavam determinados materiais do Hospital para seu consultório. O senhor Helbert disse que foi necessário um controle, mas que o grande problema com o Hospital eram os fornecedores, uma vez que as dívidas eram enormes. O senhor Helbert enfatizou aqueles que lutaram para que a Associação Hospitalar funcionasse e que, inclusive, acha que o Hospital sobreviveu na época pela venda dos lotes que antigamente eram da Associação Hospitalar, que eram vendidos para se aplicarem recursos no Hospital. O senhor Helbert disse que, na época, a Igreja, juntamente com o Padre Leonardo, levantava obras sociais e mandava recursos financeiros para o Hospital, onde não se viam finalidades lucrativas e onde os gestores não recebiam nada; que havia uma equipe médica que manteve a sobrevivência da Associação por um longo período; que há de se “tirar o chapéu” para aquela equipe, como, por exemplo, o Dr. Frei, Dr. Silas, Dr. Wagner, Dr. Silvério e outros que trabalharam muito e se doaram para manter o Hospital. Com relação à parte gerencial do Hospital, o senhor Helbert disse que, como toda administração filantrópica, é difícil sobreviver com os recursos do SUS, e enfatizou o grande problema com os fornecedores do Hospital. O senhor Helbert informou que sua meta principal quando entrou foi tentar resolver o problema da empresa White Martins, uma vez que seria impossível o Hospital sobreviver sem o fornecimento de oxigênio, bem como os problemas com gráfica de papéis e fornecedores de medicamentos, salientando que por várias vezes o Hospital teve que recorrer às farmácias de Congonhas, uma vez que os fornecedores estavam negando medicamentos ao Hospital. O senhor Helbert disse que não era culpa dos provedores; que assim como era antes, os recursos serão colocados no Hospital e serão insuficientes por ser um problema de saúde pública no Brasil. O senhor Antônio disse que teve a felicidade de aprender tudo o que não se deve fazer numa área privada, ou em uma empresa privada; que ao olhar a contabilidade passada, por exemplo, percebia que durante um prazo havia vários ajustes, e que depois ficavam dez anos sem fazer, depois retornavam novamente; que, ao analisar os procedimentos administrativos, perceberam que alguns não deveriam ser aplicados, por exemplo: registravam a nota fiscal depois que ela já havia sido paga. O senhor Antônio disse, ainda, que como não havia organização, os documentos não chegavam na contabilidade, e, quando chegavam, iam pela metade, e como cada setor tinha sua planilha de gerenciamento, dificultava a auditoria. O senhor Antônio disse que tudo isso foi justificado no diagnóstico, quando tiraram alguns contratos de gastos que não eram necessários. Segundo o senhor Antônio, durante o período de um mês em que foram afastados, no dia seguinte, receberam um ofício da Provedora para saber quais ações haviam sido feitas no Hospital, desde do início da intervenção até o dia em que fizeram o relatório e encaminharam, esclarecendo que esse foi um período muito bom, por conseguirem dar uma luz em tudo que estava acontecendo. O senhor Antônio disse, quanto a outras questões da contabilidade, a fiscalização do contrato estabelecia de que forma deveriam ser usados os valores, como por exemplo: na compra de medicamentos no valor de cinquenta mil reais, ao serem gastos quarenta e nove mil reais, os mil reais restantes não poderiam ser transferidos; e que, caso fossem transferidos, “flexibilizaria”. Salientou, ainda, que o aditivo nem sempre era para ser usado, mas para flexibilizar os gastos que já estavam dentro de um contrato. O senhor Antônio direcionou sua fala ao Vereador José Bernardes para dizer que, quando se iniciaram as ONGs, funcionava-se bem, mas após a Constituição Federal de 1988, toda a legislação brasileira foi mudada, salientando que não mais existe lugar para amadorismo, devendo tudo ser documentado, principalmente no Setor Público, uma vez que, ao ser feito um contrato e ao ser executado, faz-se

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

necessário analisar se o mesmo é legal ou não. O Vereador Lucas questionou à senhora Patrícia qual a sua atual função. A senhora Patrícia respondeu ser Gerente. O Vereador Lucas perguntou ao senhor Helbert se a gestão do Hospital Bom Jesus era feita de acordo com as regras da Administração Pública, segundo a Lei nº 8666 de contratos e licitações e se todas as compras que ocorreram no ano de 2014 até o presente dia eram feitas nos moldes da referida lei. O senhor Helbert disse que no período em que lá estiveram, de abril a setembro, perceberam que entravam recursos que não eram do Hospital. Assim, o dinheiro que entrava no Caixa da Prefeitura era primeiramente utilizado para pagar as contas do Hospital. Logo, eles faziam um levantamento de preço de, no mínimo, três empresas, para analisarem qual era a mais acessível dentro das regras normais, e se aquele recurso era pago dentro do convênio de repasse da planilha. Do contrário, faziam uma seleção com o departamento de compras delimitando o que poderia ser pago e com qual recurso. O senhor Helbert enfatizou ainda que, quando o recurso era próprio do Hospital, tinham a sensibilidade em analisar o que era receita pública e o que era da receita privada do Hospital. A senhora Ormesinda disse que, pelo o que ela tem de conhecimento, as aquisições do Hospital devem ser feitas de no mínimo três orçamentos, mas ela sabe que isso, às vezes, não acontece. A senhora Ormesinda disse que tem visto ofícios da Prefeitura cobrando os orçamentos e as notas fiscais e que, inclusive, algumas justificativas de que estariam fazendo os três orçamentos, mas que não estariam sendo adquiridos pelo primeiro menor preço, uma vez que aquela empresa de menor preço, não venderia sem que houvesse o pagamento antecipado, haja vista a condição financeira do Hospital, e que, por isso, o Hospital ficaria impedido de adquirir pelo menor preço, informando que os processos são análogos à Lei de Licitação. O Vereador Lucas questionou as testemunhas se a intervenção, se os recursos direcionados ao Hospital Bom Jesus, foram importantes naquela época, em 2014, e se ainda é pertinente que haja a intervenção do Poder Público para a sobrevivência do Hospital Bom Jesus. A senhora Ormesinda respondeu dizendo acreditar que a intervenção teve um papel muito importante e atingiu seu maior objetivo, que foi o assistencial; que ouviu dizendo falando sobre a expertise de se fazer gestão e que, então, acha que o foco maior dever ser este: ter dentro da instituição alguém que verdadeiramente saiba fazer gestão, pois hoje é notório o caos que vivem as entidades filantrópicas, as Santas Casas, e que, por isso, a gestão é fundamental; prosseguiu reafirmando que achou muito positiva a intervenção, um ato “extremamente corajoso do Prefeito à época”, e que se orgulhou muito de fazer parte dessa história do Hospital Bom Jesus, pois acredita ter mudado, de fato, o perfil assistencial da instituição. Sobre a questão se deve continuar ou não, a senhora Ormesinda afirmou a necessidade de se continuar nas mãos de quem sabe fazer gestão hospitalar. O senhor Antônio disse que, em questão administrativa, de profissionalismo e empresarial, acredita ser muito difícil a Associação retomar a administração financeira da entidade por conta do perfil dos gestores, pois, se com todo o aparato jurídico da Câmara, da Prefeitura e da assistência jurídica que está tendo por conta da intervenção já está difícil, voltar sem a intervenção, nesse momento, é temerário; disse ainda que foi uma infelicidade a revogação do decreto (se é que foi revogado o primeiro decreto), pois era perfeito, tanto que foi referendado pelo Tribunal; que esse modelo é de fácil gestão, pois se distinguem bem as verbas privadas – e o que era privado se aplicava no privado, o que era verba pública, através das contratualizações, de SUS ou Pro-Hosp, era tratado como público –; que, se misturar o público com o privado, a prestação de contas vai ficar difícil, porque todo o quadro de funcionários que está lá é privado (os contratos com médicos, clínicas, etc); que aumentar a capacidade financeira do hospital é muito difícil, pois os valores, por exemplo, com a Unimed, são padronizados por um contrato a nível regional ou nacional; que não adianta colocar a consulta particular a duzentos reais e a do SUS a quarenta reais; que a conta não fecha. O senhor Antônio, portanto, conclui que, enquanto cidadão, acredita que é muito fácil continuar com uma intervenção responsável, com a Câmara fiscalizando junto a órgãos fiscalizadores e que os gestores da intervenção sejam advertidos e sabatinados de acordo com a capacidade de gestão do público e do privado para poder tentar sair dessa situação de dificuldade; colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos e para que se faça possível encontrar um caminho para essa situação. O senhor Helbert declarou que sua opinião é a de que a intervenção tem que ser por um determinado período preestabelecido e curto, pois, caso contrário, ela passaria a ser apropriação; que no período que foi feita – de seis meses, prorrogáveis por mais seis meses –, deveria ter tido uma conclusão final da situação e sobre como sair da intervenção; que, sete anos depois, não saberia dizer quem é de direito, se da associação, e de que forma irá assumir. Conforme dito pelo senhor Helbert, “se em sete anos a questão não se resolveu, será muito difícil solucionar; que se pode haver grandes gerentes, grandes administradores de hospital, mas se pegar uma massa falida, uma situação caótica, como vão assumir se não houver aporte de recursos de fora? ”. Ainda alertou: “esse é um grande dilema que vocês, como Vereadores, terão que ajudar nesse

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

aspecto...propor alguma coisa sobre como sair daquilo. Caso contrário, vai ficar uma intervenção perpétua? Aí é apropriação! E apropriação pelo Público, pelo Município, o hospital tem que ser público, e não poderia cobrar consulta”. O senhor Helbert ainda disse que na sua opinião já não se poderia cobrar mais por consultas no hospital, pois lá se tornou público, pelo tempo e pela sentença do juiz que caçou a liminar determinando que a forma de administração se tornasse pública a partir do momento em que o município passou a administrar o hospital e fazer aporte de recursos; ainda ressaltou que só teve conhecimento até setembro de dois mil e quatorze, e que de lá pra cá não sabe como é feito, se houve modificação no decreto e na forma de intervenção. O Presidente, Vereador Lucas, perguntou à senhora Ormesinda se se pode afirmar que o problema não está na intervenção, mas na gestão. A senhora Ormesinda declarou que não poderia falar sobre a gestão atual com propriedade, mas que disse que gestão hospitalar não é para leigo, mas para quem verdadeiramente conhece; que é muito preocupante um hospital, que tem que garantir sessenta por cento do SUS, mas que tem também uma realidade de saúde suplementar muito forte que não pode abrir mão; que para comungar desses dois mundos é preciso conhecer; que a Laborare atuava no hospital e que a empresa tem “*know how*”; que conhece o trabalho da empresa em outras instituições e o considera exitoso; que não estaria dizendo que deveria ser eles, mas que a exemplo da Laborare, deveria haver uma empresa que traz essa expertise em gestão hospitalar; complementou dizendo que tornar a instituição completamente pública não é uma realidade para o Hospital Bom Jesus, tendo como forte a saúde suplementar, com as mineradoras. A senhora Patrícia complementou dizendo que, assim que assumiram a gestão do hospital, o senhor João Vicente lhe pediu que entrasse em contato com algumas empresas especializadas em gestão hospitalar; que algumas empresas vieram ao hospital para conhecê-lo, pediram alguns dados financeiros e patrimoniais da instituição e que elas disseram que o hospital vai continuar precisando de aporte do Poder Público, mas que seria necessário aumentar a credibilidade do HBJ, pois as pessoas que têm plano de saúde não querem ser atendidas pelo Hospital Bom Jesus, indo para a FOB e para Lafaiete, na maternidade; que no HBJ tem poucos quartos e praticamente não tem pediatria; que quando a senhora Ormesinda citou as empresas da região, a maioria oferece plano de saúde, mas os usuários vão para outra cidade, pois o hospital não tem credibilidade. O Presidente, Vereador Lucas, perguntou à senhora Patrícia se, em sua função de gerente administrativa, houve alguma situação ou orientação específica em que o senhor Gláucio teria direcionado orientações que caracterizariam desvios de finalidade. A senhora Patrícia disse que, quando chegou, enxergou a situação, repassou ao Provedor e ele fez reuniões, questionou e fez um memorando proibindo que os recursos continuassem sendo gastos fora dos planos de trabalho, então não houve pressão. O Presidente, Vereador Lucas, perguntou se, então, teria havido uma concordância da administração. A senhora Patrícia informou que a administração não teve outro caminho, pois o Provedor ordenou que os recursos fossem gastos de acordo com o plano de trabalho. O Vereador Lucas reformulou sua pergunta questionando quem tinha o poder de dizer a forma como o recurso seria gasto: o senhor Gláucio, ou o responsável da tesouraria, ou o responsável pela gestão financeira do hospital, ou a pessoa responsável por essa gestão financeira era imposta pela decisão do intergestor? A senhora Patrícia informou que o pagamento era feito da seguinte forma: o financeiro levanta o saldo diário, faz o levantamento de todos os pagamentos vencidos anteriormente e vencendo naquele dia, envia por e-mail para a senhora Keila; que, quando acompanhava esses pagamentos, não havia recursos e teriam que escolher o que seria pago; que oxigênio não poderia faltar, então pagava oxigênio; que a coleta de lixo não poderia deixar de pagar, então se pagava a coleta de lixo, e as outras coisas ficavam sem pagar; que recentemente tudo isso era pago com recurso de convênio, independentemente do objeto; que a partir de quando começou a pagar da forma correta, faltou recurso; que após isso, o Poder Público passou a fazer o aporte atual; que chegou a comentar com o senhor Gláucio que se tivessem mandado a verba antes não teria tantas dívidas, porque chegou num ponto que começaram a gerar multas, juros e títulos protestados. O Vereador Lucas questionou a senhora Patrícia se os desvios de finalidade dos recursos dos planos de trabalho aprovados pela Câmara são uma prática recorrente na administração do hospital. A senhora Patrícia disse que existe “desvio de finalidade” e “desvio de objetos”; o que ela pode afirmar é que os recursos foram gastos fora daquilo que foi aprovado no plano de trabalho; que, se foi de objeto ou de finalidade, a comissão vai apurar. Vereador Lucas faz outro questionamento sobre a senhora Patrícia se ela teria ciência da documentação da denúncia no anexo II, nas folhas 162 e 165, onde consta que a Prefeitura apresentou um relatório informando que o Hospital Bom Jesus, em dezembro de 2020, havia ressarcido o município em cento e sessenta e seis mil e cento e noventa e um reais e quarenta e sete centavos e, com isso, teria cumprido todos os requisitos da prestação de contas e, portanto, não restaria nenhuma pendência. O Vereador Lucas perguntou à senhora Patrícia se ela contestava esse relatório. A senhora Patrícia respondeu que há uma

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

pendência de um convênio de 2015, que tem planilhas sendo preenchidas sobre esse convênio e existem três ofícios cobrando, inclusive alertando as possibilidades de tomada de conta especial, e foram encontradas apenas metade dos documentos relacionados ao convênio, e que sobre os outros gastos não foram encontrados os documentos. O Vereador Lucas perguntou à senhora Patrícia que, já que há os desvios de finalidades, se ela julgaria que as análises da diretoria de convênios têm sido equivocadas. A senhora Patrícia informou que depois que essa documentação chegou à Câmara ela não pôde participar de mais nada do hospital; que só estava trabalhando na prestação de contas porque pediu ao senhor Marcos Vilela para participar, pois não tinha o que fazer. Relatou, ainda, que pelo o que percebeu, a diretoria de convênios faz análises técnicas, levanta irregularidades e depois manda um ofício para o hospital; e o hospital ou devolve o recurso ou justifica, se houver justificativa, e depois a diretoria encaminha para o controle interno e o controle interno é que decide se vai ou não aprovar as contas. O Vereador Lucas perguntou se ela não tem participado de nada na gestão do hospital. Ao que ela respondeu positivamente. Então, o Vereador Lucas perguntou de quem partiu essa ordem. A senhora Patrícia informou que não sabe; que ocorria uma reunião de gestores às sextas-feiras e que ela participava, mas que não existe mais essa reunião; que essas reuniões agora são pontuais e que não sabe onde acontecem; que existem uma sala da provedoria próximo à sala dela e que, quando vão conversar, eles entram para dentro dessa sala e fecham as portas; que até o telefone fixo quando tocam não deixam ela atender. O Vereador Lucas perguntou para a senhora Patrícia, se devido ao cargo que ela ocupa de gerente no Hospital Bom Jesus, se ela concorda ou não concorda com a não participação de reuniões que decidem sobre os rumos do Hospital Bom Jesus. A senhora Patrícia informou que não concorda, pois precisa fazer seu trabalho. O Vereador Lucas perguntou quais são as funções que ela ocupa dentro do hospital Hospital, e quais funções que deveria exercer e não está exercendo. A Senhora Patrícia respondeu que, como diretora administrativa, faria a função que hoje a senhora Keila faz que é assinar convênios, prestações de contas, autorizar pagamentos; e citou que o senhor Marcos Vilela, quando estava ocupando seu cargo, cuidava das compras, do financeiro e da parte administrativa, só não cuidava da parte de obras. A senhora Patrícia reafirma que hoje está à parte da administração. O Vereador Lucas questionou a senhora Patrícia se ela poderia afirmar que a senhora Keila e o senhor Marcos têm cuidado de todas as partes administrativas que seria da sua função. A senhora Patrícia respondeu que o senhor Marcos veio para colocar as prestações de conta e convênios em dia, e fazer as auditorias das contas. A senhora Patrícia relatou que a senhora Keila ficou responsável pela autorização de compra e de pagamento, pelas admissões e demissões; que, antes, quem assinava era o Provedor, o senhor João, que, depois das discordâncias e desentendimentos de opiniões, fizeram uma procuração para a senhora Keila; que fazem tudo sem a participação da associação. O Vereador Igor disse que a realidade do hospital até o ano de dois mil e quatorze era uma e que após esse ano está sendo outra. O Vereador Igor ressalta que o governo do Zelinho fez a intervenção de forma correta; que por dois mandatos trouxe benefícios e dinheiro para o hospital, e que os projetos, sempre que necessário, eram aprovados pela Câmara, e o dinheiro era repassado para a instituição. O Vereador Igor ressaltou que a todos que já passaram por lá contribuíram muito, mas “falar de dívida do passado é chover no molhado, pois uma coisa é você administrar a casa sem dinheiro, outra coisa é administrar a casa com dinheiro infinito, que é o que vem acontecendo no hospital Bom Jesus desde dois mil e quatorze”. O Vereador Igor fez algumas pontuações sobre a fala do senhor Helbert: quando foi falado sobre desvio de finalidade de recurso não se quis dizer “desvio de recursos”, diferenciado-os. Pontuou a fala da senhora Ormesinda, que disse ter encontrado uma “desorganização” na administração da instituição, mas não ter encontrado nada de ilícito, o que está relacionado e vinculado ao “financeiro” da Instituição. O Vereador Igor perguntou aos senhores Helbert, Antônio e à senhora Ormezinda se eles eram remunerados pelo Município. Eles disseram que sim, mas que através da própria Associação Hospitalar; que os recursos que eram repassados do Município para a Associação e depois a Associação os remunerava. A senhora Ormesinda informou que foi remunerada por apenas um mês e depois permaneceu como voluntária no apoio. O Vereador Igor ressaltou que, depois que eles assumiram, o hospital melhorou muito; falou que a Ormezinda apresentou algumas ações que foram feitas, mas que eram remuneradas pelo Município; que, se o Município não colocasse dinheiro na Instituição, ela já teria ido à falência; que não se pode comparar os períodos antes e pós dois mil e quatorze; que o Prefeito Zelinho nomeou os membros da intervenção, “caminhou mais um pouco” e depois entregou a gestão para a uma empresa de gestão hospitalar. O relator prosseguiu destacando que a senhora Patrícia havia dito sobre uma auditoria realizada pelo senhor Marcos, que fazia parte da empresa Laborare (que administrou o hospital por seis meses), e que agora estaria auditando o que foi feito por ele. A senhora Patrícia informou que ele audita as contas atuais, diariamente. O relator perguntou se as contas

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

anteriores ele auditoria também. A senhora Patrícia disse não saber informar, mas que acredita fazer parte das atribuições dele quando ele foi funcionário da Laborare. O relator, Vereador Igor, destacou que o senhor Marcos esteve teve todo o tempo na gestão do hospital enquanto funcionário da Laborare; que apesar de a empresa Laborare não estar mais gerindo a instituição, há um funcionário da Laborare prestando serviço dentro do Hospital Bom Jesus. Ainda complementou dizendo que muitos falam que pegaram a instituição falida, mas que a partir de dois mil e quatorze a realidade foi outra, pois sempre que precisavam de recursos, o Município fazia aportes; e que nesse período houve uma empresa para fazer toda a gestão do hospital e nem assim sanou o problema da Associação Hospitalar; ainda disse: “imagina antes dois mil e catorze, que não tinha esse aporte financeiro nem suporte técnico da empresa!”. Prosseguiu dizendo que até dois mil e quatorze a realidade era uma, e, a partir de dois mil e quatorze, a Associação vem avançando muito; “quem ganha com isso é o povo de Congonhas”, complementou. O Vereador Igor disse que Congonhas é uma cidade rica e mesmo assim, após passar o governo do Prefeito Zelinho, e agora o do Prefeito Cláudio, não estão conseguindo sanar os problemas financeiros do hospital. O Vereador Igor perguntou aos interventores se na auditoria que foi feita quando assumiram a gestão do hospital foi detectado algum desvio de recurso dos provedores anteriores e, caso sim, se foi encaminhado ao Ministério Público. O Vereador Igor ressalta que, para se justificar a intervenção, falaram de “caixa preta”, em desvios e em roubos; e que esse era o motivo de sua pergunta. O senhor Herbert informou que na época em que esteve à frente da gestão do HBJ não houve a intenção de apurar o que houve na gestão anterior, pois era uma instituição particular; que a única coisa que poderia ter sido feito seria o controle interno da Prefeitura apurar a aplicação dos recursos financeiros que a Prefeitura por ventura teria feito para a instituição, mas essa não era a finalidade dos interventores; que teve um grande relacionamento com a tesoureira, “a filha do Zi” (Sueli), e que a manteve na mesma função quando assumiram a gestão do hospital, e que em momento algum teve a intenção de apurar o que havia sido feito no período anterior; que quem estava lá permaneceu nos cargos anteriores; que os que saíram não os diz respeito; que o “Zi” buscava recursos para o hospital; que a maior parte dos recursos ia para os médicos e que para o hospital não ficava nada; que o pessoal anterior à intervenção foi heroico por manter o hospital, já que ele não sobrevive nem sobreviverá sem os recursos do Município; que os valores do SUS não mantém hospital; nem do convênio; que os médicos trabalhavam como pessoa jurídica, não como pessoa física; que alguns alugavam a sala de cirurgia para fazerem cirurgias no hospital; que o hospital nem tinha recurso para ser desviado. O senhor Helbert ainda ressalta que, no tempo que estiveram no hospital, o foco não era investigar; que a “gota d’água” foi quando uma parturiente não foi atendida e, com isso, o Conselho Municipal de Saúde pressionou o Prefeito Zelinho para que se fizesse a intervenção; que a forma como foi decidida a intervenção não diz respeito aos interventores, mas à administração anterior do hospital e à Prefeitura. A senhora Ormesinda ressaltou que o foco não era investigar e que o Prefeito havia determinado que não fizessem “caça às bruxas”, mas que houvesse um hospital novo, que atendesse ao SUS. O senhor Antônio relata que fez acompanhamento da auditoria e fiscalizou para ver se realmente havia algumas inconsistências, mas pontuou que em nenhum momento viu desvio de recurso; que ele se sentiu muito satisfeito por não ter encontrado desvios, apesar de ter encontrado uma “morte por inanição de uma entidade” do ponto de vista financeiro e administrativo; que isso era em decorrência do perfil dessa Associação, que não era remunerada; que mesmo ele, enquanto interventor, recebendo um salário a nível de secretário, não achava atrativo continuar na gestão do hospital; que, no tempo em que esteve, cumpriu o que era de sua responsabilidade e saiu; que não informou o senhor Helbert da sua saída para não deixar a gestão do hospital sem alguém à frente; que recomendou a contratação de uma empresa para realizar essa gestão; que, sobre a gestão anterior, o que identificou foi a inanição financeira, e que é isso que gerava desorganização administrativa, pois não era possível nem mesmo contratar pessoas com capacidade. O Vereador Igor finalizou perguntando se eles tinham autonomia para admitir e demitir funcionários na época. O senhor Antônio respondeu que era ele o responsável por fazer admissão e demissão, e que, inclusive fez várias atualizações de carteiras profissionais que eram da época do Zi; que havia carteiras de funcionários abertas até aquela data, mesmo tendo o senhor Zi já falecido há alguns anos; que o Departamento de Recursos Humanos questionou o que seria feito e ele autorizou, conforme o decreto, a realizarem as atualizações das carteiras, e que assumiria eventuais erros porque seria ainda mais errado permanecer a situação como estava; havia outras questões relativas a insalubridade, incluindo uma ação na Justiça discutindo um pedido de insalubridade em grau máximo, mesmo não cabendo o grau máximo; que ele era o responsável por todas essas questões relativas ao Departamento Pessoal. A senhora Patrícia informou que o senhor Marcos não era mais funcionário do hospital, pois era contratado através de RPA; que, ao que parece, ele

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

era funcionário da Laborare, mas que já viu convênios assinados por ele, além de prestações de conta com carimbo de gerente administrativo. Por isso, não sabe precisar se ele foi funcionário diretamente da Associação ou se ele ficou como funcionário Laborare durante todo o período. Com relação ao convênio de dois mil e quinze, a senhora Patrícia informou que teria três ofícios e um instrumento particular de doação de encargos correspondente a um recurso doado pela Ferro+ na importância de duzentos e quarenta mil reais; também existe um ofício 054/2015 cobrando a prestação de contas, um ofício de três de junho de dois mil e vinte e um cobrando novamente a prestação de contas e um outro ofício de julho de dois mil e vinte e um também cobrando a prestação de contas, trazendo, inclusive, no último parágrafo os seguintes dizeres: “solicitamos que a prestação de contas seja apresentada no prazo máximo de dez dias sob pena de instalação de tomada de contas especial”. O Presidente, Vereador Lucas, perguntou à senhora Patrícia quem seria o atual responsável pela tesouraria do hospital. A senhora Patrícia informou que o hospital não tinha tesouraria, então os dinheiros das consultas, por exemplo, eram pagos diretamente na recepção e a recepção passava esse dinheiro diretamente para o médico; que a tesouraria, pelo o que sabe, está em fase de implantação; que não tinha esse controle de quantas consultas foram feitas, quanto entrou no caixa, quanto foi repassado para o médico; mas existe o setor financeiro. O Presidente perguntou quem seria o responsável pelo setor financeiro. A senhora Patrícia informou que a responsável está de licença e quem trabalha lá hoje é a senhora Cláudia e o senhor Israel. O Vereador Eduardo Ladislau perguntou à senhora Patrícia sobre o período que teriam começado os desvios. A senhora Patrícia disse que não poderia informar desde quando ocorriam, mas que teria um relatório informando que já havia no ano de dois mil e vinte. O Vereador José Bernardes, vice-Presidente da comissão, perguntou à senhora Patrícia se a Associação estaria participando da comissão intergestora de forma apenas figurada. A senhora Patrícia informou que a Associação não participa mais da administração do hospital; que a princípio as assinaturas eram solicitadas ao João, mas que, quando ele começou a perceber algumas irregularidades e a questionar algumas coisas – ele solicitou, inclusive, que em um contrato constasse o nome de todos os intergestores com suas respectivas assinaturas – foi formalizada a procuração para a senhora Keila e, a partir de então, o senhor João não foi mais comunicado e não participou mais da administração. O Vereador Averaldo perguntou à senhora Patrícia se a ausência da tesouraria se daria desde o início da intervenção. Ela respondeu que a tesouraria estaria sendo implementada agora. O Vereador Averaldo perguntou isso se valia para todo o período da intergestão. A senhora Patrícia informou que não poderia afirmar se ela já existiu e deixou de existir em algum momento, mas que ela está sendo implantada agora. O relator Igor afirmou, dirigindo-se à senhora Patrícia que o intuito era que fosse uma gestão compartilhada. A senhora Patrícia disse que sim, que inclusive era o que estava nas atas compactuadas. O Vereador Igor complementou dizendo que, então, essa gestão compartilhada teria ficado apenas “no papel” e que os membros da Associação hoje não têm acesso à documentação e à tomada de decisões. A senhora Patrícia informou que quando o senhor João precisa de algum documento, é preciso que ele faça um ofício solicitando o documento, para ter a resposta do que ele precisa. O Presidente Lucas agradeceu ao comparecimento de todos, esclarecendo que é possível, se necessário, que se faça a convocação novamente. Abriu, então, a palavra para os convocados farem as considerações finais. A senhora Ormesinda agradeceu o espaço e diz ter a esperança que se encontrem soluções que possam contribuir com o Hospital Bom Jesus; que os problemas dos hospitais são um problema crônico nacional, por conta da tabela do SUS que não financia nada; que o que financia são os programas dos quais os hospitais participam, tanto os programas municipais, quanto os estaduais e federais; que a contribuição do município é de suma importância; que processos de gestão têm que ser rigorosamente implantados; que o HBJ tem um papel muito importante na macrorregião centro-sul; que, com certeza, tem uma vocação muito grande na parte de cirurgia, que deve ser trabalhado isso; que agora, com os leitos de UTI, precisam colocar a tomografia em funcionamento, garantindo a assistência aos usuários do SUS e da saúde complementar. A senhora Patrícia declarou esperar ter contribuído com as informações, colocando-se à disposição para sanar eventuais dúvidas. O senhor Antônio agradeceu aos parceiros da intervenção inicial e destacou a importância da comissão parlamentar de inquérito; que na sua visão, houve um erro estratégico dos gestores do município, um para sair e outro para continuar, o que gerou essa questão da intergestão; que, na sua opinião, esse acordo não tinha possibilidade jurídica de dar continuidade e, por isso, talvez tenha voltado para a intervenção; que a dinâmica administrativa da instituição é muito rápida, sendo constituída por grandes valores; que o aporte de doze milhões de reais até dezembro “dá um fôlego” para o hospital, mas que foi construído praticamente um outro hospital anexo, muito mais complexo e muito mais caro, o que impede uma gestão amadora conseguir administrar a instituição; que, por isso, parece que ficará uma intervenção perpétua; que deve

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

ser feita uma fiscalização por conta de haver recursos dos pagadores de impostos; que a cidade é muito pequena e o hospital é um só, e, se tivesse dois ou três hospitais, o HBJ tá teria fechado; que até a vigilância sanitária faz “vista grossa”; que havia setenta e duas inconsistências no laudo da vigilância sanitária quando passaram a administrar; que no próprio bloco cirúrgico havia aparelhos e tetos para arrumar; que um engenheiro ameaçou interditar todos os apartamentos até que se arrumasse; que é preciso avaliar a nova intervenção e acertar os pontos que talvez estejam errados, tendo como norte a correção a tempo dos problemas e a apuração das denúncias. O senhor Helbert destacou a importância da CPI, tanto que “não deveria ser uma excepcionalidade, deveria ser uma constante em todas as Câmaras Legislativas, pois quando a população elege os Vereadores e Deputados, além do legislativo, o objetivo é a fiscalização”; que o Brasil poderia ser um dos dois ou três principais países do mundo se não houvesse tanta corrupção; que os administradores públicos levam à conclusão de que a administração pública do Brasil é incompetente, principalmente para gerenciar determinados órgãos e instituições; que o ideal da juventude de transformação radical é muito difícil; que o sistema político brasileiro é muito arcaico; que apesar de a Constituição de 1988 ter melhorado muita coisa, piorou outras; que, por isso, o Poder Legislativo tem essa função; que as Câmaras são o reflexo do que é nossa sociedade; por isso, têm que cumprir com o objetivo para o qual foi eleita: fiscalizar; declarou que espera o sucesso do Hospital Bom Jesus, parabenizando todos aqueles que mantiveram o hospital vivo até hoje, independente das condições que tiveram; que foi secretário de Fazenda em Congonhas num dos piores períodos que Congonhas teve até hoje, entre os anos de mil novecentos e noventa e seis e mil novecentos e noventa e sete, quando a receita era insuficiente para pagar a folha de pagamento dos servidores; que esperam que a CPI contribua para encontrar um caminho para que a Associação Hospitalar Bom Jesus sobreviva. O Presidente informou que na última reunião havia sido feita uma recomendação pelo relator para que o Prefeito afastasse o senhor Gláucio da administração do HBJ até a conclusão dos trabalhos de investigação, e que o ofício já foi encaminhado para o Poder Executivo e recebido pelo gabinete do Prefeito. O Presidente também informou ter oficiado a Presidência da Câmara sobre a contratação da empresa de autoria para assessorar os trabalhos da comissão, recebendo a notícia de que uma terceira empresa teria manifestado interesse, possibilitando a cotação do preço médio e o prosseguimento do processo e que, por isso, esperava que na próxima semana a empresa já esteja contratada para assessorar os trabalhos da comissão. O Presidente recomendou aos membros da comissão que as próximas oitavas ocorram apenas após a contratação dessa empresa. O relator, Vereador Igor, que sabe que existem critérios para a contratação da empresa e que o Presidente da Casa, Vereador Mércio, está fazendo o melhor para que essa contratação ocorra, mas que concorda em esperar a contratação da empresa para dar prosseguimento aos trabalhos, pois a empresa poderá orientar melhor os Vereadores. Todos os Vereadores concordaram com a sugestão, ficando determinado que as oitavas continuem apenas após essa contratação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Esta ata segue assiada por todos os Vereadores presentes e, também, pelos convocados.

Vereador	Assinatura
Lucas Santos Vicente (Presidente)	
José Bernardes de Souza (Vice-Presidente)	
Igor Jonas Souza Costa (Relator)	
Averaldo Pereira da Silva	
Eduardo Cordeiro Matosinhos	
Eduardo Ladislau Marques	
Sebastião Moreira	

Convocado	Assinatura
Antônio Tiago de Rezende	
Helbert Soares Dias Leite	
Ormesinda Maria Barbosa	
Patrícia de Paula Ferreira Evangelista	